



23set
2016



* Renato Conchon

Economista, pós-graduado em administração de empresas e MBA executivo em finanças. Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), responsável pela coordenação de projetos que envolvem o ramo do agronegócio. É Especialista em Finanças e Tributação.

Agropecuária: Setor estratégico para o avanço social e econômico

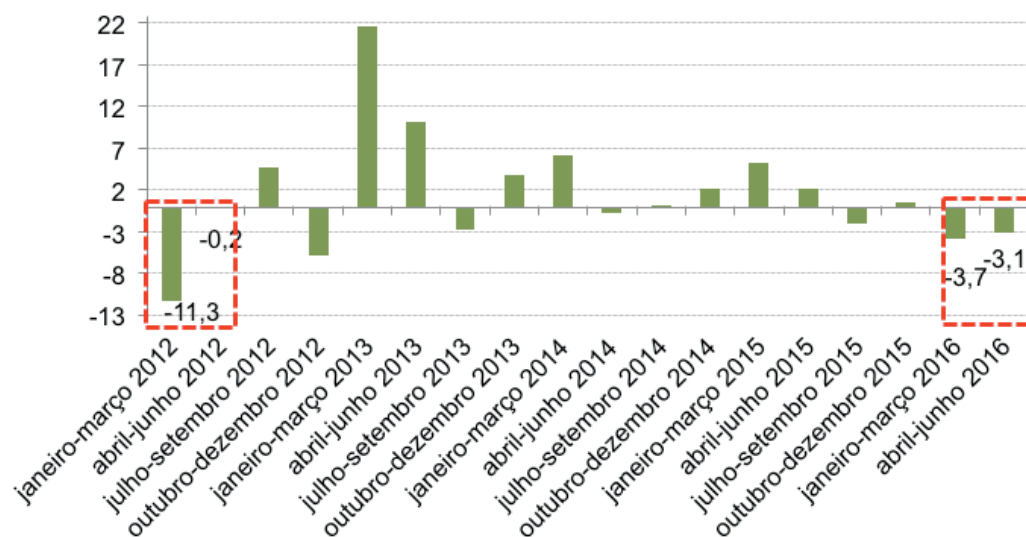
Por Renato Conchon*

Nos últimos anos, observamos um fenômeno muito interessante no país. De um lado, o *boom* das commodities que beneficiou os países exportadores destas matérias primas – dentre estes o Brasil –, aumento das cotações dos produtos agropecuários e, em consequência, da receita dos produtores rurais brasileiros, que, por sua vez, incorporaram novas tecnologias agrícolas, melhoramento genético de seu rebanho, sistemas de produção mais eficientes e até insumos mais eficazes. Por outro lado, alguns desafios que já deveriam ter sido superados, como a quase ausência de um modelo de seguro rural vigoroso em um país tropical como o nosso e uma política agrícola condizente com nossa realidade, se mostram ainda ineficientes ou quase que inexistentes.

Este desenvolvimento ocorrido nos últimos anos fez com que o setor agropecuário passasse a ser visto como o único segmento “imune” à crise que assolou o Brasil, tanto do ponto de vista político quanto econômico, especialmente no triênio 2014/2016. Essa visão se tornou, em parte, realidade, pois o setor ganhou forte participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, atingindo 22% do total produzido no país. A agropecuária foi responsável por metade das exportações totais do país, sustentando o saldo positivo da balança comercial, e impedindo o país de entrar numa crise econômica ainda mais acentuada.

Entretanto, no dia 31 de agosto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o PIB do Brasil, que apresentou a sexta queda trimestral consecutiva. Até aí, nenhuma novidade, de acordo com as expectativas dos agentes econômicos. O que mais chamou a atenção, no entanto, foi a queda na produção agropecuária, pelo segundo trimestre consecutivo (comparado com o mesmo trimestre do ano anterior), fato que não ocorria desde o primeiro semestre de 2012. (Gráfico 1)

Gráfico 1. PIB Agropecuário, Taxa trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior %)

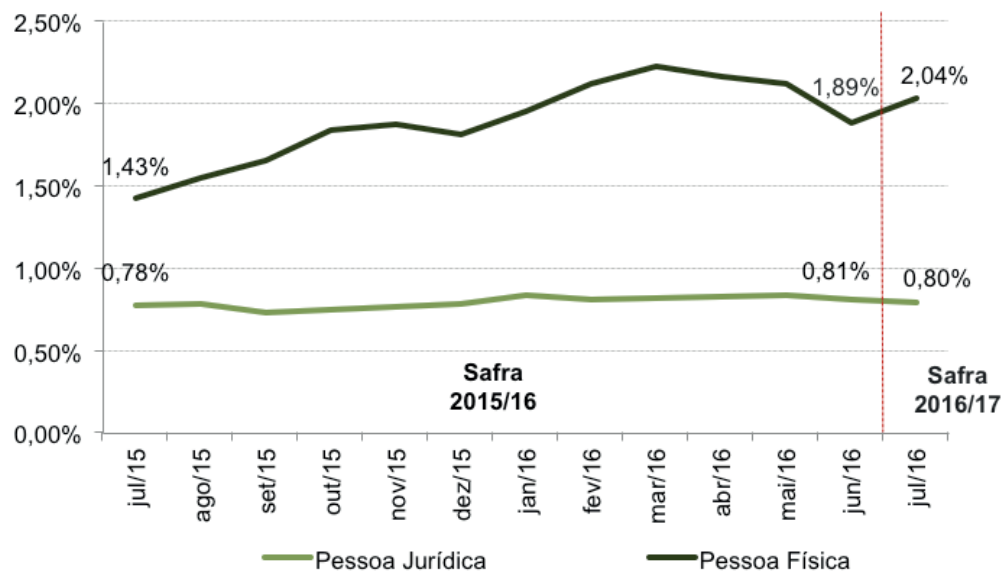


Fonte: IBGE, Elaborado pelo autor.

Essa queda no resultado macroeconômico foi ocasionada por algumas intempéries climáticas severas em várias regiões, provocando retração significativa na safra. Esses fatores interromperam uma série de seis safras consecutivas de recordes na produção. Para o biênio 2015/2016 estima-se uma produção de 186 milhões de toneladas de grãos, queda de 10,3% comparada à safra 2014/2015. Esse fato lembrou a todos que a agricultura não está “imune” às suas próprias crises que dirá pelas crises econômicas e políticas. Essa quebra de safra em algumas regiões produtoras refletiu no aumento da inadimplência do crédito rural.

De acordo com o Banco Central, a inadimplência do setor, que, historicamente, fica abaixo de 1%, atingiu o resultado de 1,89% nos contratos assumidos pelos produtores pessoas físicas na safra 2015/2016. Na safra que se iniciou em julho deste ano, o resultado do mês piorou, com taxa de inadimplência alcançando 2,04%. (Gráfico 2)

Gráfico 2. Inadimplência no Crédito Rural (%)



Fonte: Banco Central do Brasil, Elaborado pelo autor.

O setor novamente clama por uma política agrícola mais consistente para a realidade brasileira atual, com taxas de juros minimamente aceitáveis, para um segmento que, além do risco econômico e político, sofre impactos de pragas, e como relatado anteriormente, climáticos.

Neste momento de mudança de governo, diante de um cenário econômico tão desafiador, é imprescindível que toda sociedade discuta saídas factíveis para um crescimento econômico que certamente virá no decorrer do próximo ano, porém, de uma maneira mais robusta e duradoura. E o setor, que até final de 2015 foi o único que apresentou crescimento econômico, deve continuar contribuindo para o bem do País, lembrando também que a produção de alimentos garante o abastecimento do mercado interno, além de excedentes exportáveis.

Ao mesmo tempo, as normas estabelecidas pela legislação, de proteção ao meio ambiente, rígidas no Brasil, têm sido cumpridas de forma exemplar pelo agricultor brasileiro.

Saber e indicar quais as possíveis saídas para esta crise é o papel dos agentes econômicos, e em recente estudo elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, mapeou-se as características do trabalhador no setor. Dentre o perfil levantado, pode-se identificar que grande parcela dos trabalhadores rurais (58,4%) possuem mais de 40 anos de idade, e que 60,3% destes trabalhadores no campo atuam por conta própria ou para consumo próprio, e que do total, 73,8% atingem até 1 salário mínimo de renda ao mês. Nitidamente, trabalhadores não foram beneficiados pelo boom dos preços das commodities ocorrido até 2011 e do crescimento da atividade em que atuam, a agropecuária.

Uma grande parcela deste público são de trabalhadores que não conseguiram – ou não tiveram chance – de se capacitar e qualificar. Não tiveram a chance de obter especialização e nem qualificação para atuar num setor pujante e dinâmico, que demanda mão de obra qualificada e que paga rendimentos maiores para este trabalhador. Essa situação limita sua renda, o crescimento do setor agropecuário e até o crescimento do país. Triste realidade.

Diante de um momento tão peculiar em nossa história, e desta realidade cruel, é necessário discutir alternativas para um futuro melhor e mais equânime. Infelizmente, alguns agentes do governo, sem conhecimento da realidade, estão propondo uma Reforma da Previdência que impactará na competitividade do setor agropecuário, seja taxando as exportações, seja aumentando a contribuição dos trabalhadores da agropecuária.

Se, por um lado, a taxação das exportações irá comprometer (ainda mais) a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, o aumento das contribuições por parte dos trabalhadores não surtirá efeito. Isso porque, como demonstrado pela pesquisa do IBGE, grande parcela destes trabalhadores não consegue gerar renda nem para sua subsistência, como então cobrar contribuições de um público com este perfil? Com estas propostas inócuas ou que até mesmo atrapalham, alguns agentes do governo demonstram desconhecimento da realidade brasileira, sobretudo do setor agropecuário. Novamente, uma triste realidade.

O setor já demonstrou para a sociedade sua capacidade em gerar renda, empregos e uma melhor dinâmica econômica nas regiões preponderantemente rurais, que outrora passaram por limitações econômicas. É só observar o interior do Sul do País, as regiões produtoras de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e, mais recentemente, os municípios que fazem parte do MATOPIBA. Estas regiões conseguiram apresentar crescimento da renda, escolaridade e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um todo, refletindo em bem estar social nestas regiões.

A limitação de renda e o consecutivo êxodo rural silencioso que ocorre em algumas regiões produtoras do Brasil são frutos de um setor e de uma sociedade que ainda carece de medidas básicas de apoio, passando por capacitação e qualificação da mão de obra e, também, da gestão das propriedades rurais, trabalho pioneiro desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e das demais instituições que apoiem os produtores e trabalhadores rurais.

Falta ainda uma Política Agrícola de longo prazo, atrelada a um modelo de Seguro Rural consistente, necessário para um país agropecuário em região tropical, condizente com a realidade de um país que é o maior exportador mundial de açúcar, café, suco de laranja, soja e carne de frango. Infelizmente, ainda o maior risco que corremos é oriundo das pessoas que não tem conhecimento da verdadeira realidade do Brasil. 